

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA QUARTA
REGIÃO FISCAL (SRRF04)
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA (DIPOL 04)

ESTUDOS PRELIMINARES

Processo Administrativo Eletrônico nº: 19615.720.522/2022-45

A **SELIC 04** elabora Estudos Técnicos Preliminares com vistas a subsidiar autorização para realização da contratação mediante inexigibilidade de licitação, fundamentado no Art. 74, inciso I da lei 14.133/21.

1) 1.1) Conforme Portaria, anexada ao processo, no Boletim de Serviço da RFB, após ter sido dado ciência aos nela indicados, são os seguintes os membros da Comissão:

a) Elton Kleber da Silva (Representante da área de Licitação)
b) Rosaline Carneiro de Albuquerque Tojal (Representante da área de contratos)
c) Lucas Bezerra Tiburtino (Setor demandante)

A equipe de Planejamento da Contratação é o conjunto de servidores, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

2) Do Objeto.

2.1) Contratação do serviço de distribuição de publicidade legal impressa e/ou eletrônica para atender as necessidades da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal – SRRF04 e todas as suas Unidades jurisdicionadas, que abrangem os Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, conforme especificações e consoante as condições definidas nesse documento e seus anexos, por intermédio da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC., conforme tabela a seguir:

Nº Item	Descrição	Unidade	QTD	Valor global estimado	Local de Entrega	Endereço de Entrega	Cronograma de contratação
1	Publicidade legal via EBC	meses	60	R\$ 200.689,37	Uso por todas as Unidades da RF04 desde que concedido acesso ao Portal	Endereço para cobranças e comunicações: Avenida Alfredo Lisboa, 1152, Bairro do Recife Antigo, Recife - PE, CEP 50030-904	1/60 considerando que a projeção é para 5 anos com uso imediatamente após a data de disponibilidade de contratação

2.2) De acordo com o §1º do art. 4º do Decreto nº 6.689/2008, “entende-se por publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento”.

A contratação do serviço descrito acima atenderá a demanda das Unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil no âmbito da 4ª Região Fiscal, de modo a permitir que sejam solicitadas e atendidas para usuários lotados em todas as Unidades da Região Fiscal.

A tempestividade da contratação é devido a necessidade de substituição do contrato atual que atende toda a 4ª Região Fiscal cuja vigência final sem possibilidade de prorrogação se encerra em 31/01/2023.

2.3) A atividade descrita em 2.1 não corresponde às atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelos Planos de Cargos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, nem se referem ao exercício do Poder de Polícia.

3) Da Análise da contratação.

3.1) A contratação será feita através de Inexigibilidade de Licitações.

4) Da justificativa da necessidade da contratação.

4.1) Tem-se a existência de obrigação, por força de lei ou regulamento, da Contratante de publicar avisos, balanços, relatórios e outros, fazendo-se necessária, portanto, a contratação em questão. No caso em questão, a inviabilidade de competição resta demonstrada através dos dispositivos legais abaixo transcritos:

Da Lei 11.652, de 07 de abril de 2008:

“Art. 8º Compete à EBC:

(...)

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;

§1º Para fins do disposto no inciso VII do caput deste artigo, entende-se como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.”

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008.

“Art.9º: As ações de publicidade do Poder Executivo Federal serão executadas por intermédio de agência de propaganda, com exceção da publicidade legal veiculada nos órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(...)

§3º A publicidade legal não enquadrada no caput será distribuída pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, nos termos do art. 8º, inciso VII, da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, observadas as instruções da Secretaria de Comunicação Social.”

Dessa forma, considerando que para os serviços sob monopólio não cabe discutir a compatibilidade dos preços com o mercado por razões óbvias, tem-se que o agrupamento dos itens promoverá maior eficiência administrativa com economia processual com menos custos administrativos se fossem contratações distintas, que por sua vez gerariam alterações contratuais, fiscalização contratual e execução financeira em duplicidade, além de, e sobretudo, permitir o aumento do controle e acompanhamento na execução contratual unificada. Além disso, a própria prática já demonstra que

a unificação contratual em toda Região Fiscal se demonstrou exitosa em contratos anteriores, sendo que o objeto para todas as Unidades da 4ª Região Fiscal seria absolutamente o mesmo, portanto, agrupa-se inclusive em um único item toda a execução.

5) Dos Requisitos da Contratação.

5.1) A EBC, apesar de eventualmente assinar um modelo com timbre dos órgãos, os termos desse contrato são definidos conforme modelo disposto pela empresa pública, haja vista situação de monopólio da prestação dos serviços.

O objeto a ser contratado trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, uma vez que a interrupção da execução do serviço poderia ocasionar solução de continuidade em diversos setores sensíveis da Receita Federal, especialmente, no que se à transparência de processos de alienação e licitação públicas. Além disso, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas e de gestão corporativa da RFB, por isso a necessidade de um contrato continuado. Por se tratar de serviços públicos com Empresa Pública, tende-se a aceitar a possibilidade de negociação de contrato com vigência direta de 60 (sessenta) meses improrrogável. Em caso de impossibilidade, verificar então a vigência por 12 (doze) meses prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.2) Sem prejuízo das obrigações de observância compulsória na legislação vigente, são também deveres da contratada:

a) Distribuir a publicidade legal de interesse da Contratante, excluídas as feitas nos órgãos de divulgação oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) Encaminhar à Contratante planilha de custos e arte final referentes ao material previamente enviado que deverão ser autorizadas pela Contratante mediante assinatura e devolvidas à Contratada, possibilitando que seja realizada a publicação no veículo indicado pela Contratante;

c) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato;

e) Fornecer as informações solicitadas pela Contratante em qualquer etapa do trabalho, incluindo prestação de esclarecimentos, obrigando-se a atender prontamente todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

f) Publicar as matérias entregues no horário referido na alínea “d” abaixo na edição do jornal do dia seguinte, salvo se a expressão “publique-se em” indicar outra data para publicação;

g) Encaminhar à Contratante os comprovantes de publicação;

h) Citar e manter atualizado o nome e número do telefone e do correio eletrônico para contatos com a pessoa responsável pelo serviço;

i) Conceder acesso e orientar sobre o acesso ao Sistema Portal da Publicidade Legal para que a Contratante solicite e acompanhe as publicações inerentes aos serviços contratados.

5.3) Em tempo, a Contratante obrigar-se-á a:

a) Efetuar os pagamentos devidos;

b) Solicitar as veiculações de seu interesse utilizando para tanto o Sistema Portal da Publicidade Legal;

c) Responsabilizar-se pelo teor do conteúdo do material a ser divulgado;

d) Identificar a autoridade que subscreve a solicitação de veiculação;

e) Remeter à Contratada o material para veiculação, obrigatoriamente, até às 12:00 – horário local de Brasília – do dia útil imediatamente anterior à data estabelecida para a publicação da matéria, exceto os casos específicos previstos no Contrato;

f) Definir o veículo de comunicação onde se dará a publicação.

5.4) Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da presente contratação, uma vez que as rotinas e técnicas utilizadas serão definidas nos modelos de contrato definidos em conjunto com os preceitos da própria Administração Pública Federal, além de ser serviço já disponível e executado há diversos ciclos com amplo conhecimento por parte dos operadores solicitantes dos serviços.

5.5) A contratação será formalizada através de **Contrato com a Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC. , CNPJ 09.168.704/0001-42**

6) Da quantificação detalhada do serviço e do pagamento.

6.1) O serviço de prestação foi quantificado no projeto básico anexado ao processo e tem a estimativa R\$ 200.689,37 (duzentos mil, seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), da seguinte forma:

DEMANDA - PUBLICIDADE LEGAL - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

Nº Item	Descrição	Unidade	QTD	Valor global estimado	Local de Entrega	Endereço de Entrega	Cronograma de contratação
1	Publicidade legal via EBC	meses	60	R\$ 200.689,37	Uso por todas as Unidades da RF04 desde que concedido acesso ao Portal	Endereço para cobranças e comunicações: Avenida Alfredo Lisboa, 1152, Bairro do Recife Antigo, Recife - PE, CEP 50030-904	1/60 considerando que a projeção é para 5 anos com uso imediatamente após a data de disponibilidade de contratação

6.3) O **pagamento** será realizado, cujo recebimento da nota fiscal e deverá atender a uma antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

6.4) O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o ateste pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

7) Da proposta de Solução a contratar.

7.1) Conforme exposto nos itens 3.1, a contratação será feita através de inexigibilidade de licitação com base no Art. 74, inciso I da lei 14.133/21.

7.2.1) A inexigibilidade será composta de 1 item.

7.2.2) Os serviços serão prestados em 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da legislação em vigor até 60 (sessenta) meses, ou ainda verificar a possibilidade de estabelecer vigência diretamente de 60 (sessenta) meses, improrrogável nos termos da legislação em vigor.

O Fiscal do Contrato fará o ateste de notas fiscais e encaminhará ao setor financeiro para posterior pagamento;

8) Do parcelamento/agrupamento do objeto.

8.1) Ver item 7.2.1

9) Dos resultados pretendidos.

9.1) É notório que o serviço é essencial para a SRRF04 e as unidades jurisdicionadas.

9.2) Sua execução indireta é necessária pois distingue da competência legal atribuída à RFB.

10) Da necessidade de adequação do ambiente do Setor demandante.

10.1) Nenhuma providência necessita ser tomada para o início da execução contratual. Trata-se de serviço.

11) Das contratações correlatas ou interdependentes.

11.1) Como dito acima, trata-se de serviço essencial para as atividades do órgão

12) Do cronograma de execução.

12.1) Elaboração de Projeto Básico: 04/11/2022;

12.2) Previsão de cadastramento de Inexigibilidade: 10/11/2022;

12.3) Previsão de assinatura do Contrato: 12/11/2022;

12.4) Previsão de início da prestação dos serviços: início de 2023

13) Da Declaração de viabilidade da Contratação.

13.1) Os membros da Comissão de Planejamento instituída para elaboração do Documento denominado “Estudos Preliminares”, em comum acordo e ciente de todos os itens relatados durante os trabalhos de elaboração, declaram ser viável a contratação da solução descrita em 7.2), entendendo estar devidamente especificado, quantificado e precificado o objeto pretendido, sendo o Valor Estimado da Contratação.

14) Da Classificação dos Estudos preliminares quanto ao grau e prazo de sigilo.

Não se aplica a este Documento o disposto na Lei 12.527/2011.

15) Da Dotação Orçamentária

Gestão/Unidade: 00001/170058

Fonte: 0332251030

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001

Natureza de Despesa: 339139

Subitem de Natureza de Despesa: 47

PI:OUTRCUSTEIO

16) Das vedações

16.1 É vedada a inclusão de disposições nos instrumentos contratuais que permitam:

16.1.1 indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos;

16.1.2 caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão-de-obra;

16.1.3 previsão de reembolso de salários pela contratante;

16.1.4 a pessoalidade e a subordinação direta dos empregados da contratada aos gestores da contratante; e

16.1.5 a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação ou autoridade hierarquicamente superior.

17) Do gestor do Contrato

17.1 A gestão e a fiscalização da execução dos contratos compreendem o conjunto de ações que objetivam:

I - aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela contratada;

II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e

III - prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas do contrato a solução de problemas relacionados ao objeto.

17.2 A gestão e a fiscalização competem ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário e, se necessário, poderá ter o auxílio de terceiro ou de empresa especializada, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

17.3 A administração indicará a equipe de gestão do contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

18) Das Assinaturas

18.1) No termos do item 13.1, assinam:

Assinado e datado digitalmente Elton Kleber da Silva (Coordenador da Equipe)
Assinado e datado digitalmente Rosaline Carneiro de Albuquerque Tojal (Membro da Equipe)
Assinado e datado digitalmente Lucas Bezerra Tiburtino (Membro da Equipe)

19) Da Revisão

19.1 Realizadas as alterações pertinentes, declara-se que o documento foi revisado e submete-se à Aprovação da Chefia da DIPOL 04.

Assinado e datado digitalmente Dreyfus Diogenes de Lima Chefe SELIC 04

20) Da Aprovação

20.1) Nos termos do Art. 263, combinado com o Art. 168, inc. VIII do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, dou ciência e **Aprovo** o presente Estudo Técnico Preliminar e seus Anexos.

Assinado e datado digitalmente Carla Rafaela do Amaral Pinheiro Oliveira Chefe da DIPOL 04
